



JUCESP PROTOCOLO
234139/05-5



COLEGIADA

A 4x4 grid of dots forming the number 110305. The first two columns form '11', the next two columns form '03', and the last two columns form '05'.

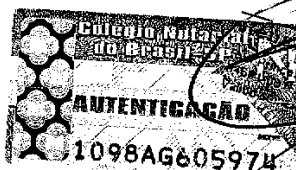
COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. n° 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2005**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 9 dias de março de 2005, às 10:00 horas, na sede social, na Avenida Chedid Jafet nº 222, bloco B, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** Presente a maioria dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Júlio César Borges e como secretário o Sr. Massami Uyeda Junior.
4. **DELIBERAÇÕES:** Os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme previsto no artigo 59, §1º da Lei 6.404/76, deliberaram:
 - 4.1. Aprovar o estabelecimento de Programa de Distribuição Pública de Debêntures ("Programa"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor total de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ficando a Diretoria da Companhia autorizada a (i) tomar todas as medidas cabíveis para efetivar o Programa incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários ao arquivamento do Programa perante a CVM, e (ii) negociar e celebrar os documentos necessários ao referido arquivamento.



16 MAR. 2005

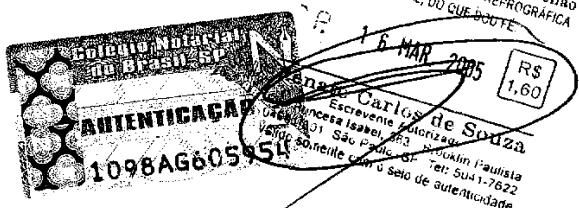
Carlos de Souza
Prevente Auxiliar
Isabel, 356
Av. Paulo de Azevedo, 1500
São Paulo, SP - Brooklin Paulista
Tel: 5041-7322
e-mail: carlos@sew.de.sistemidade

JUL 07
11 03 05

4.2. Aprovar a 2ª emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme, em série única, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (“Debêntures” e “2ª Emissão”), observadas as condições mencionadas no item 4.2.1. abaixo.

4.2.1. Aprovar as condições da 2ª Emissão, conforme segue:

- a. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, em uma única série.
- b. Montante Total da 2ª Emissão. O montante total da emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- c. Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia nem preferência) e terão a forma nominativa escritural.
- d. Valor Nominal das Debêntures. O valor nominal das Debêntures, em 1º de março de 2005 (“Data de Emissão”), será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal”).
- e. Forma de Subscrição e Prazo de Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.



JUE 30
11 03 05

f. Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de março de 2011.

g. Amortização. O Valor Nominal das Debêntures será pago em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento feito no 36º mês da Data de Emissão.

h. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus a uma remuneração, a ser definida em processo de *bookbuilding*, equivalente a um percentual da variação da taxa média diária de depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano, apurada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sobre o Valor Nominal não amortizado ("Remuneração").

i. Repactuação e Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá repactuação nem resgate antecipado facultativo das Debêntures.

j. Aquisição Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

k. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e (b) os procedimentos adotados pela CBLC para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX").



JUCEP
11 03 05

l. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

m. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2%; (b) juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia.

n. Decadência do Direito aos Acréscimos. Sem prejuízo dos encargos moratórios, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

o. Publicidade. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, edição nacional.

p. Vencimento Antecipado. Observado o disposto abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente, vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal não amortizado, acrescido de Remuneração, calculada

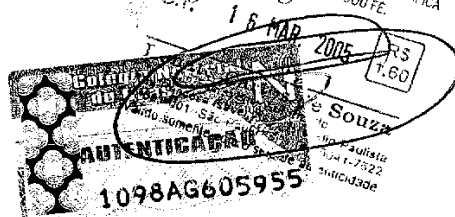


JUL 09

11 03 05

pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) pedido de concordata, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Companhia, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (ii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Companhia que o protesto foi indevidamente efetuado, ou o protesto for sustado ou cancelado;
- (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia de valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Companhia que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Companhia;
- (iv) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Companhia, na forma em que tal controle está atualmente organizado, não se estendendo tal hipótese às operações de transferência ou alienação de ações (i) entre sociedades dos mesmos grupos econômicos, desde que o controle indireto da Companhia permaneça inalterado, ou (ii) entre sociedades integrantes do atual grupo de controle da Companhia;



JUCESP

110305

(v) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 2ª Emissão;

(vi) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à 2ª Emissão assumida na Escritura de Emissão e/ou no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária da 2ª Emissão, datado de 8 de março de 2005 (“Contrato de Distribuição”), salvo se no prazo máximo de 10 dias úteis da data do recebimento pela Companhia de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Companhia;

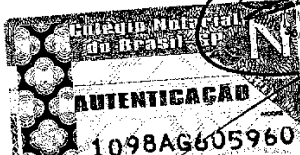
(vii) redução de capital da Companhia e/ou recompra pela Companhia de suas próprias ações para cancelamento, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 da Escritura de Emissão;

(viii) não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2004 e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(A) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 3 (três).

Onde:

“Dívida Líquida” significa a soma do Saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as Debêntures, bem



JUL 05

11 03 05

como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, diminuído do somatório de (i) Disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) saldo da conta 'Conta Reserva' registrada no Realizável a Longo Prazo.

“Disponibilidades” significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: “Caixa e Bancos”, “Aplicações Financeiras”, e “Conta Reserva”; e

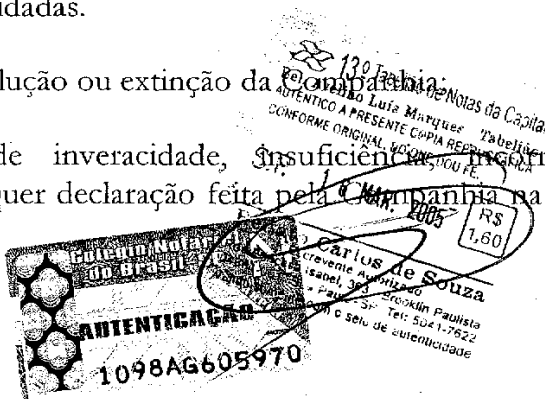
“EBITDA” significa a soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (a) despesas de depreciação, amortização e (b) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Companhia.

(B) O índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2 (dois).

Onde:

“Despesas Financeiras” significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial) calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas.

- (ix) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- (x) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Companhia na Escritura



JUL 59

11 03 05

de Emissão e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo e/ ou do Suplemento Definitivo que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Companhia pelo Agente Fiduciário;

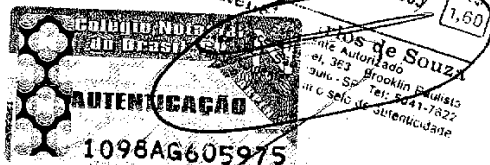
(xi) intervenção de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Companhia seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Companhia, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, bem como a extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado por tal subsidiária ou controlada da Companhia da referida concessão;

(l) alienação de um ou mais ativos da Companhia que representem em conjunto ou individualmente 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Companhia, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;

(xii) alteração ou modificação do objeto social da Companhia, exceto se tal alteração ou modificação seja referente a ampliação da atuação e/ou exploração da Companhia em atividades relacionadas ao Setor de Infra-Estrutura de Transportes, no Brasil e/ou no exterior;

(xiii) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Companhia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, se estiver em mora com as obrigações previstas na Escritura de Emissão; e

(xiv) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, suas controladas ou coligadas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento.



JUL 05

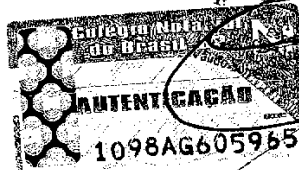
11 03 05

q. Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 2ª Emissão, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradores de recursos de terceiros.

r. Destinação de Recursos. Os recursos líquidos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para o financiamento de potenciais negócios, possibilitando-nos buscar oportunidades de crescimento por meio de novas concessões e seguir nossa estratégia, bem como para destinações corporativas diversas.


4.2.2 Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a 2ª Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da 2ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e o registro da 2ª Emissão perante a CVM.

5. **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi então reiniciada, a reunião foi concluída em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 9 de março de 2005. Sr. Júlio César Borges, Presidente da mesa, Sr. Massami Uyeda



JUCESP
110305

Junior, Secretário. Conselheiros: (1) JÚLIO CÉSAR BORGES; (2) ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES; (3) EDUARDO BORGES DE ANDRADE; (4) FRANCISCO CAPRINO NETO; (5) JOÃO PEDRO RIBEIRO DE AZEVEDO COUTINHO; (6) ANTÔNIO JOSÉ LOPES NUNES DE SOUSA; (7) PAULO DE TARSO DE CAMARGO OPICE; (8) RICARDO COUTINHO DE SENA; (9) SÉRGIO PADOVAN. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.


Massami Uyeda Junior
Secretário

